



Migrações inter
NUTS II e
projecções
regionais de
População
Residente

Autora: Maria da Graça Magalhães

Técnica Superior de Estatística do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População/Serviço de Estudos sobre a População do Instituto Nacional de Estatística

E-mail: mgraca.magalhaes@ine.pt

Resumo:

O presente artigo baseia-se numa abordagem estatística exploratória dos resultados dos XIV Recenseamento Geral da População 2001 sobre as migrações internas. O principal objectivo é analisar o impacto destes fluxos migratórios sobre a evolução populacional, de forma a fundamentar hipóteses migratórias a incluir nas projecções regionais de população residente.

Palavras-chave:

Migrações Internas, Projecções Regionais de População

Abstract:

This article was based on an exploratory statistical approach to internal migrations, taking as basis data the XIV General Population Census 2001, considering the period 1995-2001 and 1999-2001, by NUTS II units. The main goal is to analyse the impact of internal migrations on population growth, in order to fundament internal migration assumptions for regional population projections.

Key words:

Internal Migration, Regional Population Projections

Internal migration
and population
projections for
sub national
geographic units

Migrações inter NUTS II e Projectões de População Residente

Em estudos anteriores, havia já sido constatado o forte impacto que as migrações exerceram no crescimento da população portuguesa no período intercensitário 1991-2001, sobretudo como resultado da alteração dos fluxos migratórios no decorrer da década de 90, em que Portugal, país tradicionalmente de emigração, passou a ser um país de forte imigração (Carrilho e Patrício, 2002), o que se traduziu num saldo migratório intercensitário (1991-2001) positivo.

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2001, Portugal registou uma taxa de “crescimento da população de 5%, face a 1991” (INE, 2002)¹, valor fortemente influenciado por uma taxa de crescimento migratório que rondou os 4% (valores que resultam da decomposição da variação populacional nas suas componentes de saldo natural e de saldo migratório, este obtido como residual da diferença entre a variação populacional e o saldo natural, no período intercensitário 1991-2001).

Analisando as taxas de crescimento efectivo da população², entre 1991 e 2001, por NUTS II³, verificaram-se diferenças regionais consideráveis, com valores que oscilaram entre os 15,8% no Algarve e os -3,3% na Região Autónoma da Madeira, região, que conjuntamente com o Alentejo (-2,5%), assistiu a um decréscimo populacional.

As disparidades regionais encontradas nas taxas de crescimento efectivo das suas populações são ainda mais notórias quando analisadas individualmente as suas componentes (taxas de crescimento natural⁴ e migratório⁵).

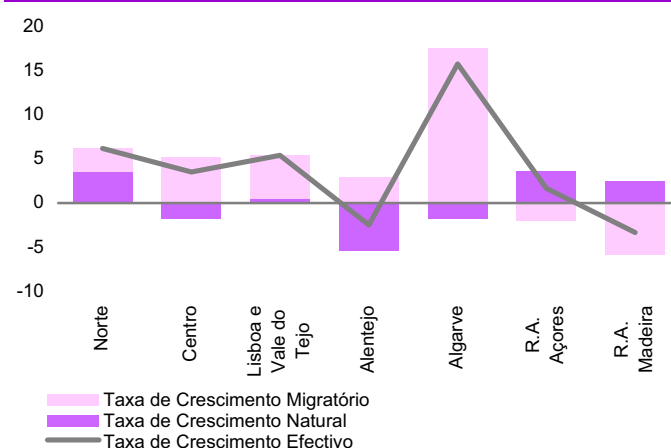
No que se refere às taxas de crescimento natural, no período intercensitário, verificou-se nas NUTS II do Continente alguma disparidade, com as regiões Centro (-1,7%), Alentejo (-5,4%) e Algarve (-1,8%) a manifestarem valores negativos, em contraste com Lisboa e Vale do Tejo com uma taxa positiva, ainda que reduzida (0,6%), e o Norte (3,5%). As regiões autónomas dos Açores e da Madeira observaram taxas de crescimento natural positivas (3,6% e 2,5%, respectivamente).

Simultaneamente, todas as NUTS II do Continente registaram taxas de crescimento migratório de valor positivo, verificando-se a mais elevada no Algarve (17,5%) e a mais reduzida na região Norte (2,7%). Por oposição, nas regiões autónomas verificou-se a ocorrência de saldos migratórios negativos para o mesmo período (-1,9% nos Açores e -5,8% na Madeira).

Nas NUTS II Centro, Alentejo e Algarve, as taxas de crescimento natural negativas apenas não conseguiram ser compensadas pelas taxas de crescimento migratório no Alentejo, que desta forma perdeu efectivos populacionais.

Figura 1

Taxas de Crescimento Efectivo, Natural e Migratório (em %), no período intercensitário 1991-2001, NUTS II



Fonte: Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios

O Algarve, por força da importância do crescimento migratório, não apenas superou a taxa de crescimento natural negativa como se revelou como a NUTS II onde a taxa de crescimento efectivo foi a mais elevada.

Por outro lado, a conjugação de taxas de crescimento natural positivas nas regiões autónomas com taxas de crescimento migratório negativas não tem o mesmo resultado em termos de crescimento efectivo, ou seja, nos Açores o crescimento natural conseguiu compensar o decréscimo migratório⁶, ocasionando um acréscimo populacional, o que não se verificou na Madeira que, desta forma, perdeu efectivos populacionais no período intercensitário.

As disparidades regionais nas taxas de crescimento, nomeadamente na sua componente migratória, implicariam uma análise mais detalhada dos fluxos migratórios a nível de NUTS II, tarefa dificultada pela diversidade de fenómenos a considerar (migrações externas e migrações internas, por NUTS II) e pela escassez de fontes estatísticas disponíveis em Portugal.

Migrações inter NUTS II

Dado que não existem registos exaustivos de população em Portugal, o recurso às questões migratórias retrospectivas dos Censos afigura-se como uma importante fonte de informação a explorar, nomeadamente na análise dos fluxos migratórios internos, já utilizada em anteriores estudos⁷ sobre a temática das migrações internas, para além da sua elegibilidade como fonte de informação primordial sobre os fluxos migratórios externos, que, pese embora a sua relevância, não serão abordados neste artigo, cujo enfoque se centra sobre as migrações internas.

A análise estatística das migrações inter regionais (NUTS II), será efectuada a partir da informação do Recenseamento Geral da População de 2001, quesito retrospectivo sobre a residência em 31/12/1995 e em 31/12/1999, considerando como migrantes internos os indivíduos que mudaram de residência, deslocando-se “de” e “para” para NUTS II.

No âmbito do presente artigo, serão analisados os fluxos migratórios inter regiões NUTS II (“de” e “para” NUTS II, excluindo os movimentos no interior das mesmas), em que se conjugam os movimentos de saída com os de entrada, bem como o saldo migratório (valor líquido destas migrações inter regionais por NUTS II), para dois períodos distintos, entre 31/12/1995 e 31/12/1999 e o momento censitário (1995-2001 e 1999-2001, respectivamente).

De acordo com os valores obtidos, a região Norte registou, no período 1995-2001, o saldo migratório inter NUTS II negativo mais forte.

Os fluxos migratórios entre o Norte e as outras regiões são particularmente intensos com o Centro e Lisboa e Vale do Tejo, regiões para as quais “perde” efectivos populacionais (apresentando um saldo migratório com estas regiões de -1377 e -669 respectivamente). No entanto, para além destas NUTS II, o saldo migratório resultante das “trocas” com as restantes regiões é sempre negativo para o Norte, com os valores mais negativos nas “trocas” com o Centro (já referido) e o Alentejo (-1064).

Quadro 1

Fluxos Migratórios 1995-2001, por NUTS II								
SALDO MIGRATÓRIO		DE						
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	Norte	-3293	9751	13146	931	1266	845	764
	Centro	11128	888	19726	1355	1068	576	484
	Lisboa e Vale do Tejo	13815	19298	-892	11079	5452	2356	2232
	Alentejo	964	1269	10517	-2260	1582	207	89
	Algarve	2330	2020	8422	3260	6843	186	209
	R.A. Açores	949	623	1826	163	126	-352	253
	R. A. Madeira	810	488	1487	100	90	122	-934

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Para além do Norte, também Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram saldos migratórios negativos. Por oposição, com valores de saldo migratório interno positivos, ou seja em que o valor dos imigrantes superou o de emigrantes (em valores absolutos e para o período considerado), destacaram-se apenas o Centro e o Algarve.

De destacar o Algarve quer pelo valor do saldo migratório 1995-2001 mais elevado (6843) como também por verificar saldos positivos nos fluxos migratórios com qualquer das outras NUTS II, o que não se verificou entre o Centro e as outras NUTS II.

De facto, a região Centro, não obstante apresentar um saldo migratório 1995-2001 positivo, “perdeu” efectivos populacionais para o Algarve (952) e para as regiões autónomas dos Açores (47) e da Madeira (4).

Relativamente ao período 1999-2001, observam-se algumas diferenças face ao período anterior, nomeadamente pela mudança de comportamento da Região Autónoma dos Açores face ao saldo migratório, que, de acordo com os valores obtidos para este período, se alterou para um saldo migratório positivo, como consequência de diferentes situações:

- uma forte redução da “perda” de efectivos nas interacções com Lisboa e Vale do Tejo, passando de um saldo migratório inter NUTS II de –530 para –80;
- assim como na redução do valor de saldo negativo com o Algarve (de –60 para –13);
- um aumento do saldo positivo resultante dos fluxos migratórios com o Norte (de 104 para 190);
- idêntica tendência com o Centro (de 47 para 96);
- uma alteração do sentido predominante dos fluxos entre esta região e o Alentejo, passando o respectivo saldo migratório de –44 para 36;
- alterações que compensam largamente a redução do saldo migratório com a Região Autónoma da Madeira, que se vê alterado de 131 para apenas 60.

Quadro 2

Fluxos Migratórios 1999-2001, por NUTS II								
SALDO MIGRATÓRIO		DE						
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	Norte	-1040	3850	5038	372	525	376	368
	Centro	4075	260	7536	536	460	231	217
	Lisboa e Vale do Tejo	5086	7047	-1426	3925	2204	945	918
	Alentejo	401	511	3874	-660	646	71	54
	Algarve	949	812	3524	1227	2732	78	95
	R.A. Açores	566	327	865	107	65	289	114
	R. A. Madeira	492	248	714	50	53	54	-155

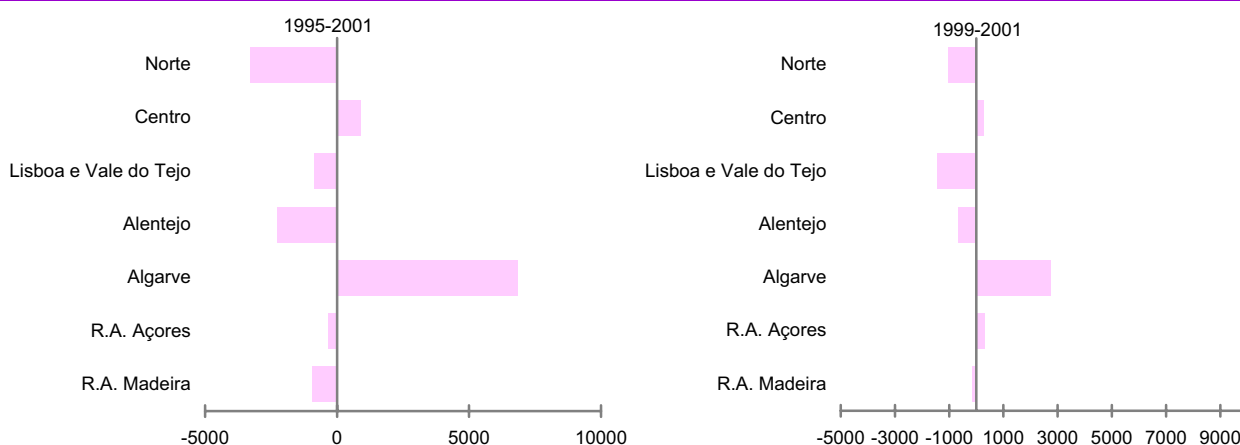
Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Centro e o Algarve continuaram a apresentar saldos migratórios positivos, mantendo-se esta última como a NUTS II com maior valor de saldo migratório inter NUTS II positivo. Esta tendência corrobora a observada para todo o período intercensitário em que o crescimento da sua população foi largamente tributário do respectivo crescimento migratório, ainda que neste caso seja também necessário ter presente as migrações externas.

As restantes NUTS II continuam a apresentar valores negativos de saldo migratório, verificando-se, contudo, uma alteração de importância relativa, ou seja, o valor mais negativo passa a observar-se em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se, por ordem de importância o Norte e o Alentejo.

Figura 2

Saldos migratórios inter regionais 1995-2001 e 1999-2001, NUTS II

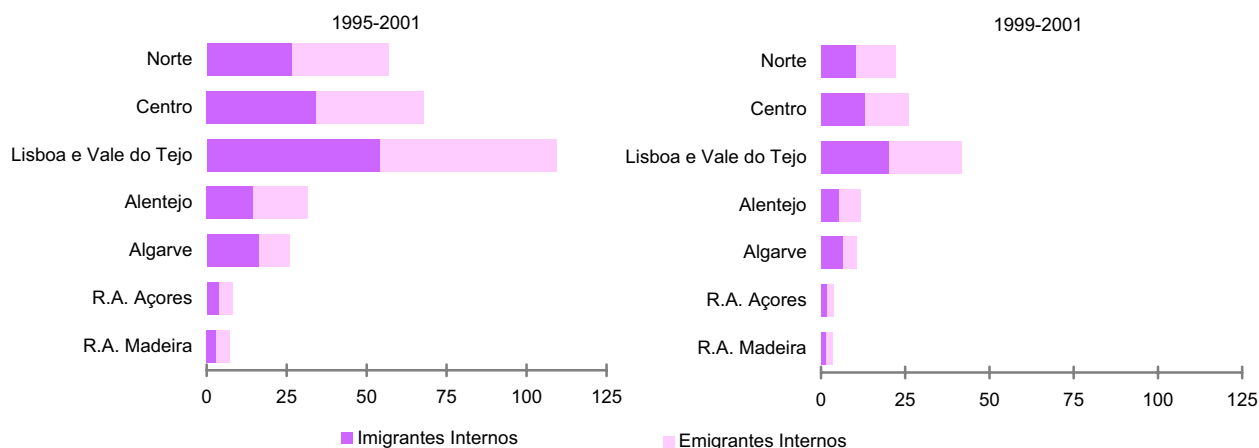


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Em ambos os períodos em análise, os maiores volumes de fluxos migratórios brutos internos (considerando conjuntamente os movimentos migratórios inter regionais de emigração e de imigração, por NUTS II), em termos de valor absoluto, registaram-se em Lisboa e Vale do Tejo, seguindo-se-lhe o Centro, revelando um forte dinamismo migratório inter NUTS II nestas regiões. Por oposição, é nas regiões autónomas que os fluxos migratórios brutos internos foram, em termos absolutos, no período considerado, mais diminutos, não se registando alterações significativas nas tendências observadas, para além do atenuar do volume dos fluxos migratórios no período 1999-2001, o que se pode relacionar com o menor período temporal abrangido.

Figura 3

Fluxos Migratórios Inter Regionais 1995-2001 e 1999-2001 (em milhares), NUTS II

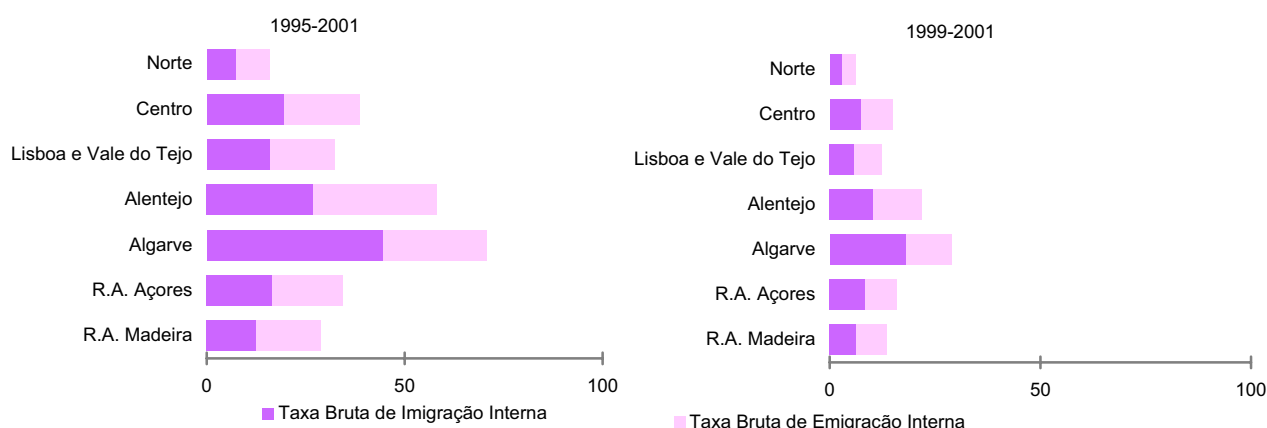


Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

A análise dos valores absolutos das migrações inter regionais NUTS II não permite contudo verificar a importância relativa dos fluxos migratórios em cada uma das NUTS II, pelo que se optou por calcular taxas relativas à respectiva população média intercensitária, para cada um dos períodos em análise, por NUTS II⁸.

Sendo a Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II equivalente, grosso modo, à soma das Taxa Bruta de Imigração Inter NUTS II e Taxa Bruta de Emigração Inter NUTS II, a sua análise revela-se pertinente com o objectivo, ao conjugar o volume de ambos os sentidos dos fluxos migratórios internos em cada NUTS II, analisar o dinamismo migratório relativo de cada região, tendo em linha de conta a sua dimensão populacional.

Figura 4

Taxas Brutas de Imigração e Emigração Inter Regionais 1995-2001 e 1999-2001(em‰), NUTS II

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Comparando com os resultados em valores absolutos verifica-se que o peso relativo das migrações assume um papel distinto e de maior relevância.

Veja-se, por exemplo, que se o maior dinamismo se verificava, em valores absolutos, na região de Lisboa e Vale do Tejo, passa agora a destacar-se o Algarve, por força da dimensão das populações de referência. O Centro deixou de se destacar como a “segunda” região de maior dinamismo migratório, lugar que passa a ser “ocupado” pelo Alentejo em termos relativos.

De acordo com os valores obtidos, para o período 1995-2001, a região de maior dinamismo migratório interno relativo foi o Algarve com uma Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II de 70,6‰, seguindo-se-lhe o Alentejo (58,1‰). O valor mais reduzido desta taxa refere-se ao Norte (15,8‰).

Considerando o período 1999-2001, não se verificaram alterações significativas de comportamento das NUTS II.

Contudo, tal como referido relativamente aos valores absolutos, mais do que o dinamismo migratório, importa analisar o resultado líquido das migrações internas relativamente à população de cada uma das regiões, recorrendo para tal às Taxas de Saldo Migratório Inter NUTS II calculadas (de acordo com nota metodológica) para ambos os períodos em análise.

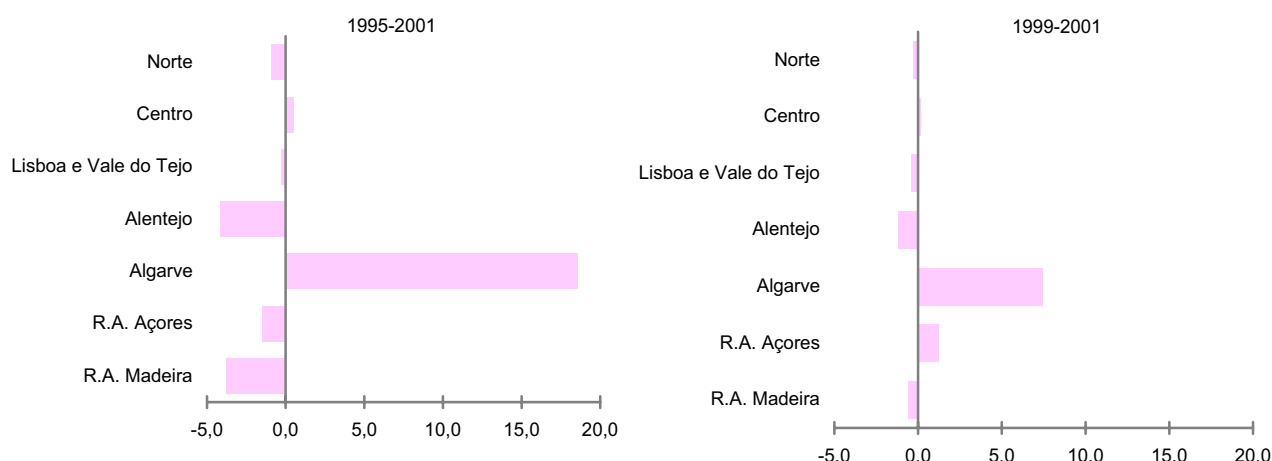
Para o período 1995-2001, apenas o Algarve e o Centro apresentaram Taxas de Saldo Migratório Inter NUTS II positivas, ainda que com uma grande disparidade na ordem dos valores (18,6‰ e 0,5‰, respectivamente).

O Algarve destaca-se assim como a região de maior atractividade, tanto em valores absolutos como face à sua população média.

As restantes NUTS II apresentaram valores negativos, identificando-se como regiões de repulsão, destacando-se o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira.

Curiosamente, Lisboa e Vale do Tejo, apesar do forte dinamismo migratório relativo, revelou, no período 1995-2001, uma Taxa de Saldo Migratório Interno negativa (o que contraria a tendência de crescimento migratório verificada no período intercensitário 1991-2001).

Figura 5

Taxas de Saldo Migratório Inter NUTS II 1995-2001 e 1999-2001 (em‰)

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Face aos valores obtidos para o período 1999-2001, registe-se a alteração de comportamento (tal como já havia sido indicado pelos valores absolutos) na Região Autónoma dos Açores onde se pode observar a inversão de valores negativos para positivos, assim como o aumento da repulsividade na região de Lisboa e Vale do Tejo, mantendo-se idêntico o comportamento das restantes NUTS II, apenas com valores mais reduzidos.

Cenários migratórios - Algumas pistas

A análise efectuada, embora longe de esgotar o estudo dos fenómenos migratórios internos, permite contudo estabelecer algumas hipóteses de trabalho a considerar a nível das projecções regionais (NUTS II) de população residente, partindo do pressuposto que as tendências observadas nas migrações inter regionais NUTS II se possam manter no curto prazo.

Assim, com base na média (1995-2001 e 1999-2001) do volume bruto dos fluxos migratórios inter regiões e da sua distribuição por “entradas” e “saídas” por NUTS II (assente na análise dos dados censitários sobre a residência anterior), face às disparidades regionais, construiu-se uma matriz de fluxos inter regionais que permite distribuir um qualquer valor bruto projectado pelos diferentes movimentos migratórios e NUTS II, a partir das probabilidades encontradas.

Quadro 3

Matriz de Fluxos Migratórios Inter NUTS II									
Probabilidades de Migrações Inter NUTS II Estrutura mista 1995-2001 e 1999-2001		DE							
		TOTAL	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R. A. Madeira
PARA	TOTAL	1,00	0,20	0,22	0,36	0,11	0,06	0,03	0,03
	Norte	0,17	0,00	0,06	0,09	0,01	0,01	0,01	0,01
	Centro	0,22	0,07	0,00	0,13	0,01	0,01	0,00	0,00
	Lisboa e Vale do Tejo	0,35	0,09	0,12	0,00	0,07	0,04	0,02	0,01
	Alentejo	0,09	0,01	0,01	0,07	0,00	0,01	0,00	0,00
	Algarve	0,11	0,02	0,01	0,06	0,02	0,00	0,00	0,00
	R.A. Açores	0,03	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
	R. A. Madeira	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00

Adicionalmente calcularam-se, também a partir de uma estrutura média 1995-2001 e 1999-2001, taxas migratórias inter NUTS II, em per milagem, relativas à população média intercensitária 1991-2001 da NUTS II respectiva, com o objectivo de poder atribuir valores prováveis de emigração e de imigração inter regionais a cada NUTS II.

Desta forma é possível a obtenção de um valor a imputar na matriz de distribuição dos fluxos migratórios tendo em conta a importância relativa dos fluxos migratórios face às populações de referência.

Quadro 4

Taxas Migratórias Inter NUTS II (em ‰)			
NUTS II	Taxas imigratórias	Taxas emigratórias	Taxas de saldo migratório
Norte	5,20	5,81	-0,61
Centro	13,53	13,20	0,33
Lisboa e Vale do Tejo	11,00	11,34	-0,34
Alentejo	18,60	21,30	-2,69
Algarve	31,38	18,38	13,00
R.A. Açores	12,49	12,62	-0,13
R.A. Madeira	9,45	11,64	-2,19

Contudo, reconhecendo a volatilidade associada aos fenómenos migratórios, as disparidades regionais encontradas nos volumes totais e relativos dos fluxos migratórios em cada NUTS II (não esquecendo a importância dos fluxos migratórios externos), assim como a dificuldade que representa a sua projecção no futuro, aquando do estabelecimento de hipóteses a incorporar no cálculo das projecções de população residente por NUTS II terá necessariamente de se efectuar uma análise mais detalhada, nomeadamente uma desagregação geográfica mais fina.

Por outro lado, embora não tendo sido abordado nesta análise exploratória dos dados censitários, será também necessário efectuar uma caracterização por sexos e grupos etários das populações migrantes, factor de elevada importância no cálculo das projecções, face ao impacte que diferentes volumes e estruturas das populações migrantes têm na dimensão e distribuição por sexos e idades dos efectivos populacionais projectados.

Só assim será possível estabelecer diferentes cenarizações para os fluxos migratórios internos, devidamente fundamentadas.

Nota metodológica

No presente artigo, as migrações internas são objecto de uma análise meramente estatística, que incide exclusivamente sobre os resultados referentes à residência em 31/12/1995 e em 31/12/1999, face à residência no momento censitário - 12/03/2001, dados que não permitem conhecer outros movimentos migratórios ocorridos durante estes intervalos de tempo.

O conceito de migrações internas adoptado tem por base a residência em dois momentos distintos, destacando-se assim do conceito de “Migração” adoptada pelo INE - “Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente. A migração subdivide-se em migração internacional (migração entre países) e migração interna (migração no interior de um país).” (<http://conceitos.ine.pt>) – bem como dos conceitos de “permanente” ou “temporária”.

As NUTS II (Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) adoptadas correspondem às existentes à data dos Censos 2001.

Os valores obtidos com base nos quesitos censitários sobre a residência anterior são, no presente artigo, adoptados para os cálculos de diversas taxas para cada uma das NUTS II, cujas denominações e fórmulas de cálculo adoptadas se indicam.

Taxa Bruta de Migração Inter NUTS II

Pretende analisar o dinamismo migratório observado para cada NUTS II. Reporta-se ao número total de migrantes internos, resultante da soma de emigrantes internos (passaram a residir em outra NUTS II) e de imigrantes internos (provenientes de outra NUTS II), no período considerado, referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de migrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Migração 1995-2001} = \left[\frac{\text{emigrantes int ernos (1995 – 2001)} + \text{imigrantes int ernos (1995 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Migração 1999-2001} = \left[\frac{\text{emigrantes int ernos (1999 – 2001)} + \text{imigrantes int ernos (1999 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

Taxa Bruta de Imigração Inter NUTS II

Número de imigrantes internos (provenientes de outra NUTS II), referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de imigrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Imigração 1995-2001} = \left[\frac{\text{imigrantes int ernos (1995 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Imigração 1999-2001} = \left[\frac{\text{imigrantes int ernos (1999 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

Taxa Bruta de Emigração Inter NUTS II

Número de emigrantes internos (passaram a residir em outra NUTS II), referido à população média intercensitária 1991-2001, expressa em número de emigrantes internos por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa Bruta de Emigração 1995-2001} = \left[\frac{\text{emigrantes int ernos (1995 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa Bruta de Emigração 1999-2001} = \left[\frac{\text{emigrantes int ernos (1999 – 2001)}}{\left(\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2} \right)} \right] \times 1000$$

Taxa de Saldo Migratório Inter NUTS II

Pretende analisar a atractividade ou repulsividade de cada NUTS II, com base na importância relativa do saldo migratório observado para cada NUTS II. Refere-se ao saldo migratório interno (resultante da diferença entre imigrantes e emigrantes internos), face à população média intercensitária dessa NUTS II, expressa por 1000 residentes, tendo sido calculada para dois períodos distintos – 1995-2001 e 1999-2001.

$$\text{Taxa de Saldo Migratório 1995-2001} = \left[\frac{\text{imigrantes internos (1995 - 2001)} - \text{emigrantes internos (1995 - 2001)}}{\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2}} \right] \times 1000$$

$$\text{Taxa de Saldo Migratório 1999-2001} = \left[\frac{\text{imigrantes internos (1999 - 2001)} - \text{emigrantes internos (1999 - 2001)}}{\frac{\text{População residente Censo 1991} + \text{População residente Censo 2001}}{2}} \right] \times 1000$$

Bibliografia

Branco, Rui M. C., (2001), *Portuguese immigration: An approach to the mortality patterns*, paper apresentado na European Population Conference 2001, 7 - 9 June 2001, Helsinki, Finland, disponível em Instituto Nacional de Estatística, INFOLINE

Carrilho, M.^a José, Patrício, Lurdes (2002), “A Situação Demográfica Recente em Portugal” in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 32, pp 147-175, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal

Carrilho, M.^a José (1997), “As Projecções Demográficas: aplicação e métodos” in *Cadernos Regionais - Região Centro*, Abril de 1997, n.º 7, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro, Coimbra

INE (2002), *Censos 2001: Resultados definitivos – XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal

INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Lucas, Vasco (1997), “O Retorno de Emigrantes. A Sua Relevância na Região Centro”, in *Cadernos Regionais - Região Centro*, Abril de 1997, n.º 7, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro, Coimbra

INE (2003), “Projecções de População Residente 2000-2050”, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Oliveira, Cristina, Peixoto, João (2001), “Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental, 1992-1999” in *Revista de Estudos Regionais - Região Lisboa e Vale do Tejo*, 1º Semestre de 2001, n.º 2, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa

Peixoto, João (1998) “Selectividade Migratória e Dinâmicas Regionais: As Migrações Inter-regionais em Portugal nos anos 80”, in *Revista de Estatística*, 3º QUAD 1998, n.º 9, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Saleiro, Emília, Campos, Pedro (1994), “As Migrações Internas na Região Norte”, in *Estatísticas & Estudos Regionais - Região Norte*, Set-Dez 1994, n.º 6, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, Porto

Notas

¹ Os valores apresentados neste artigo foram calculados com base nos resultados definitivos do Censo 2001, não tendo os efectivos censitários sido ajustados com as taxas de cobertura avaliadas no Inquérito de Qualidade (consultar publicação “XIV Recenseamento Geral da População – 2001”). Para análise das diferenças da variação da população e do saldo migratório recomenda-se a consulta da publicação INE (2003), “Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”.

² Variação populacional, obtida pela diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos de observação (no presente caso, os momentos censitários 1991 e 2001), ocorrida durante o período de tempo decorrido entre ambos, referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

³ Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, geografia à data dos Censos 2001.

⁴ Saldo natural observado durante um determinado período de tempo (no presente caso o período intercensitário), referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

⁵ Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo (no presente caso o período intercensitário), referido à população no início desse período e expressa em percentagem.

⁶ Tendência que não se mantém após o ajustamento dos efectivos censitários com as taxas de cobertura (consultar INE (2003), “Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios”).

⁷ Ver, por exemplo, Peixoto, João (1998) e Saleiro, Emília, e Campos, Pedro (1994).

⁸ Encontrando-se a sua explicação numa nota metodológica inserta no final do artigo.